

DIALÉTICA X ANALÍTICA*

José Arthur Giannotti

USP

I

A ANPOF dá o mote, a mim cabe glosá-lo. Vou defender a tese de que existe uma correspondência ligando, de um lado, as estruturas de uma lógica e a ontologia que as pensa, de outro, a maneira pela qual o conhecimento é repartido entre analítica e dialética. É somente nesse contexto que “dialética” e “analítica” ganham sentido filosófico. Mas no âmbito dessa minha apresentação somente poderei aludir a alguns textos, indicando a direção que poderiam ser lidos para que minha tese possa ser compreendida. Indicarei apenas como a cristalização da lógica formal em Aristóteles se dá no contexto de sua metafísica, mas nada mais farei do que ler as primeiras linhas do tratado das *Categorias*. Indicarei como Kant retoma essa questão e como Hegel relê esse texto de Aristóteles. Finalmente tentarei mos-

(*)Este texto foi apresentado na ANPOF de 2008 numa mesa redonda cujo tema era “Filosofia dialética e/ou Filosofia analítica”.

trar como a nova lógica formal elaborada a partir de Frege subverte inteiramente a questão. Aqui não me interessam as opiniões dos filósofos, o acerto delas, mas unicamente as torções que sofrem quando os filósofos quando refletem sobre problemas já pensados por outros autores.

II

Devemos a Aristóteles a oposição entre dialética e analítica. Na *diairesis* platônica o interlocutor escolhe uma das duas espécies postas num gênero superior. Se o objeto a ser definido é posto, por exemplo, como colorido, o interlocutor deve dizer se ele é branco ou preto, conforme a alternativa proposta pelo condutor do diálogo. Pouco importa se a alternativa se dá entre contrários ou contraditórios, desde que no caminhar da *diairesis* o interlocutor seja persuadido de que objeto individualizado vem a ser definido por tais propriedades. É como se o indivíduo fosse cercado por círculos concêntricos.

Essa indiferença entre contradição e contrariedade está ligada ao modo pelo qual Platão, tendo no horizonte sua teoria da participação das Formas, interpreta a proposição. Ele a pensa composta por um nome e um verbo, este se reporta a uma ação, aquele, ao sujeito da ação (*Sof.*262). A proposição está assim se reportando sempre a uma atividade, que diz um modo de ser, quando ela é afirmativa, e um modo de não-ser, quando negativa. Mas o não-ser é alteridade, um ir além para um outro indefinido, de sorte que a proposição negativa sempre se reporta, por assim dizer, a uma “aspiração” que o sujeito traz consigo de participar de outro embora não consiga estacionar nele.

As objeções de Aristóteles à teoria da participação são conhecidas. Lembremos rapidamente uma delas: a *diáresis* nunca chega ao *que é*, à *ousia*, à essência, na sua individualidade primordial. Se esta cruz participa da Forma-cruz é porque possui alguma semelhança com ela. A coisa existente no mundo sempre encontra sua identidade na medida em que, de algum modo, copia a Forma paradigmática. Mas se a constelação Cruzeiro do Sul possui esse nome na medida em que vemos no céu quatro estrelas formando aproximadamente uma cruz, mais uma estrela

acompanhante, não é por isso que uma cruz de madeira e a cruz vista no céu possuem a mesma essência. Para romper essa projeção entre a coisa e seu modelo, Aristóteles passa então a distinguir coisas, algos, que possuem o mesmo nome sem possuir a mesma essência, a mesma definição, isto é, *homônimas*, e coisas que têm nome em comum e a mesma definição, isto é, *sinônimas*. A sinonímia acontece quando digo que o homem e o boi são animais.

Aristóteles é levado então a distinguir o *dizer* algo de um sujeito, de uma base (*hypokeimenon*) e *estar* nesse sujeito. “ Entendo por ‘estar num sujeito’ o que é em algo (ti) não como parte, e não pode existir separadamente daquilo que nele está” (*Cat.* 1^a, 24/25). É possível então estabelecer uma combinatória entre o *dizer* e o *estar em* de tal modo que o indivíduo será circunscrito como aquele que nem pode ser dito de outro nem está noutro.

Não me importa agora se este texto das Categorias é ou não da lavra de Aristóteles. Ele faz parte do corpus de sua obra e assim foi pensado até pouco tempo. Ainda estou acostumado a lê-lo na seguinte direção: Na combinatória as coisas, os algos, são ditos isolados ou combinados, neste último caso formando proposições, que exprimem sínteses e análises que as almas são capazes de captar, de pensar, no real. Quando se diz algo de algo sem estar nesse algo, se está dizendo afirmativa ou negativamente algo de vários algos, de sorte que um gênero está sendo predicado (*hyparchei ti*) de algos. Por isso Aristóteles, embora assumindo que os verbos possam ser traduzidos pela cópula e um predicado, trata a proposição como uma atribuição de..., no enunciado afirmativo, sublinhando essa ida ao que está ali como base. Por exemplo “Animal é dito de homem”, o que o conduz de imediato à combinatória da quantificação, deixando de lado o sentido ontológico da negação. O caminho se abre então para a descoberta do silogismo entendido como um dizer de... transitivo: “A é dito de todo B, B é dito de todo C, então A é dito de todo C”. O silogismo apresenta ante de tudo a transitividade de uma posição.

De posse da combinatória da quantificação e da posição, Aristóteles pode então distinguir claramente o espaço da dialética e da analítica. Os nomes sem combinação apresentam algos como modos de ser listados pelas categorias. Não há porque pedir que essa apresentação do modo de ser de algo, feita sem que o

vínculo proposicional seja posto, venha a ser bem ordenada. A investigação se faz no nível da dialética, os sentidos dos nomes e das proposições sendo postos segundo os interlocutores os aceitam aplicando as regras da retórica e dos tópicos. Quando se chega ao conhecimento de princípios o pensamento passa a ser regido pela silogística. Mas somente os princípios que forem postos como verdadeiros é que resultam em ciência, na medida em que o termo médio confirma seu papel causal. Somente eles são propriamente analíticos. Para isso as premissas precisam estar subordinadas ao princípio da contradição, abandonando o jogo dialético dos contrários.

III

Seria muito interessante comparar a lógica combinatória aristotélica com a lógica dos estóicos, principalmente porque esta última se arma a partir do gênero supremo algo (ti), dividindo-se em corporais e incorporais, e ainda deixando margem para um algo que não seja nem um nem outro. A convivência entre combinatória formal e ontologia se torna explícita de modo muito elegante. Para os meus propósitos de hoje, entretanto, cabe apenas lembrar que, a despeito de outros caminhos terem sido abertos, a lógica combinatória de Aristóteles se converteu numa matriz que escondia suas travações ontológicas e subjetivas e pode assim, ao longo do tempo, ser pensada como uma lógica estritamente formal, como se o processo de formalização não deixasse pegadas na forma lógica da proposição e da dedução.

Mas tão logo vem a ser pensada, revela seu fundamento transcendental. A lógica formal se apresenta como o arcabouço dos nomes, das proposições e dos raciocínios falados, o espaço onde podem se mover para que possam ter sentido. No entanto, logo que esse arcabouço é pensado ele é torcido de um lado para outro, uma parte ganha prioridade sobre outra. É sabido que depois do Renascimento a teoria do silogismo é sistematicamente denunciada como sendo estéril, mero jogo que nada diz a respeito ao movimento efetivo da razão. Ora, por que considerar esse arcabouço como sendo o mesmo, imune aos pensamenetos que lhe dão vida?

Recorrendo a uma idéia de Wittgenstein: esse arcabouço não se diferencia conforme o jogo de linguagem, o discurso filosófico, que se insere?

Mesmo na lógica medieval essas torções aparecem. É o que se percebe quando lemos, por exemplo, a *Suma de lógica*, de Guilherme de Ockam, onde avulta o problema da *suppositio*, isto é, daquela propriedade que um termo possui de ser posto para nós numa proposição. As primeiras linhas do texto das *Categorias* de Aristóteles não estariam sendo repensadas num contexto totalmente diverso? Ainda vale a pena lembrar que Aristóteles nesse texto desde logo reconhece como sua leitura depende do *De anima*, mas esse vínculo da forma lógica com a alma somente se torna prioritário na lógica de Port Royal, quando a lógica formal se converte numa arte de pensar.

Gostaria de lembrar que Kant se coloca nessa tradição, embora exclua da lógica qualquer conteúdo psicológico contingente. Para ele a lógica é uma ciência (*Wissenschaft*) que se refere a todo pensamento em geral, abstração feita dos objetos enquanto matéria do pensamento. Funciona como uma gramática geral, que nada contém senão a mera forma da língua, sem as palavras que pertencem a ela. Enquanto tal é fundamento de outras ciências e propedêutica de todo uso do entendimento (*Log. A4. Ak. 12/13*). “A lógica geral pura se ocupa de todos os princípios a priori, consiste num *cânon do entendimento e da razão*, mas somente no que há de formal no seu uso, seja qual for, aliás, seu conteúdo (empírico ou transcendental) (*KrV, III, 76*). Como tal, ela foi basicamente desenvolvida por Aristóteles. Mas não é por isso que ele a deixa intacta, pois sempre desconfiou da definição lógico-formal do juízo que não explicita sua relação com o eu transcendental unificador, nem deixa de completar a teoria da proposição introduzindo os juízos infinitos.

Se ela é ciência formal das regras do entendimento e dos princípios da razão, a dialética, que escapa dessa regulamentação, não poderá ter qualquer conteúdo científico. Pensamos mediante representações e conhecemos quando essas representações correspondem aos conteúdos armados pela sensibilidade. O pensamento formal se reporta a algo, a um objeto formal. As regras do entendimento são representações que se reportam a seus casos. As idéias da razão pura regulam essas representações bem comportadas reportando-se a casos bem formados

pela sensibilidade. Quando escapam desse bom travejamento do intelecto e da sensibilidade caem em paralogismos, em antinomias e na impossibilidade de afirmar a existência do representado pelo ideal transcendental. A lógica formal é a ciência do objeto formal, a lógica transcendental descreve a analítica do conhecimento sintético a priori, de sorte que não sobra à dialética senão se ocupar das ilusões necessárias da razão.

IV

É notável que, embora continue a considerar a lógica formal como a ciência do entendimento, Hegel a transforma numa rede subjetiva da razão. Na sua história da filosofia, começa expondo a lógica de Aristóteles comentando as primeiras linhas do livro das *Categorias*: Estas são “as simples essencialidades (*Wesenheiten*), as determinações gerais que são apreendidas dos entes (*Seyenden*), também como aquilo que nós chamamos conceitos do entendimento, como essencialidade da coisa” Configuram uma ontologia. “*Tà legómèna* é a expressão geral para conceitos determinados” O primeiro parágrafo do livro de Aristóteles, informa Hegel, trata desses conceitos determinados (*tôn legoménôn*), do dito mas como logos; o segundo, dos entes, *tôn óntôn*, É de notar que *ta ónta* é traduzido por *Bestimmtheiten*. Aristóteles, sublinha Hegel, estabelece então a oposição entre essas duas partes, dos conceitos determinados ditos enquanto logos e das determinidades dos entes. Na medida em que são ditos, esses conceitos determinados como relações subjetivas podem ser ditos com união ou sem união: “O homem corre” ; “homem” “corre”. Desse modo, a oposição do dito e do determinado configura a relação do gênero com seus particulares, a relação conceitual no sentido hegeliano (*Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*, 2. vol, Ed Glockner, vol. 18).

Na *Enciclopédia* essa redução da lógica formal à lógica especulativa se arredonda: “Na lógica formal e em seus conceitos existe sempre a contraposição frente ao real; e o logicamente real é, algo puramente pensado, a valentia, por exemplo, uma forma pura da abstração. Mas essa lógica intelectiva procura imitar em seus graus as categorias do Absoluto” E Hegel continua traduzindo: o conceito, como realidade lógica, é um possível meramente pensado, o juízo postula um conceito

real A, a que se combina outro conceito real B; o silogismo, por fim, imita a necessidade especulativa, cuja síntese vai além daquela do juízo que liga um conceito a um dever ser. Na forma da predicação lógico-formal S é P já está contida a reflexão do conceito: um particular A é um universal B, de sorte que a proposição desde logo é uma contradição. A lógica formal passa a ser então engolida pela lógica especulativa. “A Idéia, como unidade da Idéia subjetiva e da Idéia objetiva, é o conceito da Idéia pelo qual a Idéia como tal é o objeto, pelo qual o objeto é ela mesma; - um objeto no qual todas as determinações estão concentradas (*zusammengegangen*). Esta unidade é por isso a *verdade absoluta e toda a verdade*, a Idéia se pensando a si mesma, e, por certo, aqui, [se pensando] *como* Idéia pensante, como Idéia *lógica* (*Enciclopédia*, # 236). A reflexão absoluta, ou melhor, o Absoluto, num momento de dispersão, passa pela lógica formal, que apenas apresenta a *história* do pensar, sua descrição sem pensamento.

V

Até agora tentei mostrar, com exemplos escolhidos a esmo, que a combinação apresentada pelos manuais de lógica formal, tão logo venha a ser pensada, revela sua convivência com uma ontologia. Conforme se desdobra esse tratamento o próprio pensar se distingue em pensamento dialético e pensamento analítico. No caso de Hegel a analítica é engolida pela ontologia reflexionante. Seria interessante examinar como outras combinatórias, por exemplo, a característica leibiniziana, caminham na direção inversa. Parece-me, contudo, que a partir de Frege todo esse jogo é subvertido. Ao inventar o conceito de função proposicional, retira a prioridade da verdade sobre a falsidade que, desde o início, ligava a lógica formal diretamente a uma ontologia. Uma passagem de Aubenque sobre Aristóteles indica o motivo: “Para [ele] somente há negação na proposição; ora, a proposição, mesma negativa não diz respeito ao não-ser, mas ao ser. O discurso humano, - no caso, o discurso predicativo, que uma concepção eleática do não-ser punha precisamente em questão - é aquilo pelo qual o negativo vem ao ser. É preciso revirar os termos: não é a existência do não-ser que torna possível o discurso [como em Platão], mas é o discurso predicativo que, operando dissociações no ser, torna possível o traba-

lho da negação” (Aubenque: *Le problème de l'être chez Aristote*, PUF, 1962). Na *Begriffsschrift* o verdadeiro e o falso são apenas valores equiponderantes da proposição, a tal ponto os lógicos do início do século XX precisaram explicar como uma descrição do real não poderia ser feita mediante proposições falsas. Mas se a reflexão é expulsa da lógica formal ela vai reaparecer nos paradoxos, agora incluídos no curso de seu próprio desenvolvimento.

Preciso ainda lembrar outra diferença fundamental introduzida por Frege. Na lógica formal que descende de Aristóteles a quantificação é interna à proposição, atua na relação do predicado com o sujeito. A partir de Frege o quantificadores atuam sobre a função proposicional ligando suas variáveis. Desse ponto de vista a quantificação aristotélica não explicita o escopo da quantificação, o que aliás não importa desde que o silogismo seja pensado como o lugar onde a posição se torna transitiva. Aliás, nem mesmo o *modus ponens* se torna necessário. É um anacronismo moderno imaginar que os estoicos teriam traduzido essa modalidade para o campo da lógica formal, quando ela aparece necessária para a lógica estoica na medida em que ela pensa a proposição de outra maneira. Mas a nova maneira de encarar a proposição, introduzida por Frege, não abre espaços para ontologias totalmente diferente das antigas? Não será outra a relação entre dialética e analítica?

Deixemos de lado todos os esforços dispendidos por filósofos do século XX na tentativa de afastar a reflexão do pensamento, do discurso, da linguagem. A teoria dos tipos não foi a primeira delas? Enquanto o fantasma da reflexão permaneceu na sombra a dialética seguiu o mesmo destino. A não ser para o marxismo vulgar que, acreditando no mito de uma lógica inteiramente formal, cometeu a tolice de contrapor a ela uma lógica dialética, como se a diferença pudesse ser localizada na recusa ou admissão da contradição. Mas o que é uma contradição? A simples fórmula $\sim(p \cdot \sim p)$ tão-só indica que uma variável proposicional não pode ser conjuntamente afirmada e negada. Na linguagem cotidiana, porém, o domínio da variação não está definido. Se estou observando as primeiras chuvas que caem num terreno muito seco, tão seco que as gotas evaporam ao tocar o solo, se disser “Chove e não chove”, estou descrevendo perfeitamente a situação do grau de im-

precisão que ela me dá. E não vale contra-argumentar afirmando que cada instância de “chove” possui um sentido diferente, pois precisamente o que pretendo evitar é o platonismo na interpretação do sentido, como se ele fosse matriz universal e pura cujas instâncias participassem dele. Donde se conclui que existem diversas formas de contradição.

Interessante é que, durante o século XX, as tentativas de pensar o sentido da lógica formal terminaram igualmente por colocá-la em xeque. Lembro apenas um exemplo: a crítica que Wittgenstein faz do *Tractatus*. Tomar a proposição simplesmente como um enunciado dotado de dois valores de verdade equiponderantes já abria a porta para a combinatória do cálculo proposicional, considerado então como a estrutura mais simples do pensar. Esta continua sendo a posição de nosso mestre Granger, que completa a simples combinatória dos valores de verdade com uma teoria do objeto formal. Mas não é aqui o lugar de desenvolver uma crítica dessa posição. Menciono-a por deferência e simpatia. O *Tractatus* transforma essa combinatória nos andaimes dos sentidos das proposições complexas, estuda as condições para que os nomes possam se combinar para compor proposições elementares e tenta estabelecer as condições ontológicas para que isso seja possível. Em resumo, leva ao limite a idéia que orientou Aristóteles no estudo das categorias. Mas o próprio Wittgenstein termina reconhecendo os impasses desse caminho. Em particular me interessa três de suas autocríticas. Primeiro, as letras “p”, “q” podem ser tomadas como sinais de proposição, mas nada dizem a respeito de seu sentido, pois assim tomadas não explicitam os jogos de linguagem em que estão inseridas. Segundo, a relação da proposição com o estado de coisa, em termos kantianos, da representação com o representado, não se faz sem a mediação de esquemas práticos, inseridos no mundo, de sorte que o próprio juízo opera num esquema reflexivo em que os resultados do critério posto pode conduzir a uma reformulação do próprio critério, a uma pequena alteração do próprio jogo de linguagem. A verdade se conquista então no tecido do juízo (Cf. *Investigações* §240 e segs). Terceiro, o caminho que vai da proposição ao mundo não é linear: No *Tractatus* “O pensar, a linguagem, aparece-nos então como o correlato singular, a imagem, do mundo. Os conceitos: proposição, linguagem, pensar, mundo encon-

tram-se numa série, um atrás do outro, um equivalente ao outro. (Mas para que devemos usar agora essas palavras? Falta o jogo de linguagem na qual são empregadas)" (1 - *Philosophische Untersuchungen*, 96 Schriften 1 Suhrkamp) .

Nos anos 30 assistimos, além do mais, à explosão da lógica formal. O lugar dela é ocupado por diversos sistemas formais mais ou menos equivalentes, de sorte que a silogística perde aquela prioridade que conservou por mais de dois mil anos no tratamento da dedução. Mesmo quando priorizamos a lógica das funções proposicionais, não é por isso que ela traz consigo um conceito preciso de negação, já que ele depende de como se interpreta o domínio das variáveis. Hoje sabemos, além do mais, que o pensamento cotidiano, ou melhor, a linguagem cotidiana, inclusive aquela demonstrativa, pode ser formalizada de várias maneiras. Não é mais possível pensar a lógica formal, excelsa e única, como se ela fosse um organon ou um cânone do pensamento. Os sistemas formais de hoje colocam problemas matemáticos maravilhosos, modelam questões revelando seus meandros, mas não o compreendemos sem uma prosa pela qual ele nos é apresentado. E conforme essa prosa se desdobra variam de sentido a proposição, os valores de verdade, os princípios de identidade, de contradição (ou melhor, de nosso moderno ponto de vista, da não-contradição) do terceiro excluído. Deixa então de ter cabimento tanto aceitar como excluir a contradição no absoluto, visto que sua simples fórmula pode ter vários significados. E, como nos mostrou Newton da Costa, podemos montar um sistema formal comportando a contradição, obviamente num sentido muito determinado. Em vista disso tudo, dada a variedade de sentido da negação e da contradição, não somos então obrigados a conviver com elas?

Em conseqüência, desaparecem a oposição e a disputa entre dialética e analítica. Dada uma fórmula, contendo variáveis proposicionais, ela demanda que se esclareça seu sentido, o ponto de vista a partir do qual é pensada e empregada. Voltando a Wittgenstein, cabe explicitar os jogos de linguagem onde se encastoa. Antes de tudo importa construir linguagem e práticas nas quais possamos nos entender bem ou mal, com ou sem contradição, conforme um dos sentidos que esta possa ter. Mas seja aonde for que reapareça o problema da reflexão, lembremos sempre que, além de uma passagem para o outro, além da captura de uma

alteridade, ela não prescinde da transformação das coisas, de uma posição operante no mundo.

Resumo: Este artigo trata da oposição entre analítica e dialética, defendendo a tese de que essa oposição somente ganha sentido filosófico na medida em que vigora uma certa correspondência que liga as estruturas da lógica a uma ontologia que pensa essas estruturas.

Palavras-chave: analítica; dialética; lógica; ontologia.

ABSTRACT

This article focuses on the opposition between analytics and dialectics. It defends the thesis that this opposition will make sense only if it subsists a certain correspondence between the structures of logic with an ontology that thinks these structures.

Keywords: analytics; dialtics; logic; ontology.

Recebido em 10/2008

Aprovado em 11/2008